

OS ARQUIVOS E A MEMÓRIA DA EDUCAÇÃO NA BAHIA: recordando localmente para conhecer globalmente

ANTONIETTA D'AGUIAR NUNES*

(antoniettaan@terra.com.br)

MARIA TERESA NAVARRO DE BRITTO MATOS**

(mariatmatos@terra.com.br)

ILMA DA SILVA CABRAL***

(ilmacabral@yahoo.com.br)

Resumo

O presente ensaio procura sistematizar alguns pontos de reflexão sobre a dinâmica dos princípios (teoria) arquivísticos que têm influenciado a natureza e a ordenação das fontes de informação e, dessa forma, a memória da sociedade. Também vale examinar que a crescente evolução das tecnologias de informação e comunicação tem provocado mudanças substanciais sobre os sistemas e a gestão da memória, assim como dos arquivos. Sendo assim, partindo do pressuposto de que os arquivos refletem e constituem as necessidades de informação de uma sociedade, se faz necessário reconsiderar a relação entre os arquivos e as sociedades onde se originam e cumprem suas funções (COOK/SCHWARTZ,2004, p.21). Com efeito, os desafios postos pela sociedade digital têm conduzido os pesquisadores da área de História da Educação no Brasil a determinarem mudanças, com o objetivo de se apropriarem e de se beneficiarem de recursos disponibilizados pelas tecnologias de informação e comunicação. Por isso, a tendência é empreender esforços diversos, desde a retomada da necessidade de constituir e / ou alargar uma cultura da preservação do patrimônio documental relativo à área - através da criação de centros de memória - até a produção de bancos e bases documentais informatizadas mediadas pela utilização da *Internet*, como a criação de páginas, listas de discussão entre outros. Destaca-se, em um primeiro momento, algumas iniciativas diferenciadas de instituições brasileiras, evidenciando experiências de aplicação das novas tecnologias, do ponto de vista da disponibilização e divulgação de fontes e seus suportes. Concluindo, focaliza o caso baiano.

Palavras-chave: Tecnologias Digitais; Memória da Educação; Centros de Memória.

* Doutora em Educação (UFBA), Professora da Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia.

** Doutora em Educação (UFBA), Professora do Instituto de Ciência da Informação da Universidade Federal da Bahia.

*** Especialista em Docência para o Ensino Superior (Fundação Visconde de Cairu).

INTRODUÇÃO

Nas sociedades ocidentais, a memória foi reconhecida, a partir do século V a.C., como o foco de atenção dos historiadores e filósofos gregos. Somente no século XX a memória se constituiu, efetivamente, como objeto de estudo e reflexão das Ciências Humanas (FÉLIX, 1998, p.39). Nesta perspectiva, observa-se a emergência de um acentuado interesse, desde a década de 60, pelas memórias individuais e coletivas, que desencadeou o desenvolvimento de ações direcionadas para a criação de instituições (arquivos) que custodiassem o conjunto de registros (textuais, sonoros ou imagéticos) produzidos e acumulados, ao longo das atividades de pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas (GONÇALVES,2004,p.34). Huyssen (2000) complementa, destacando que [...] um dos fenômenos culturais e políticos mais surpreendentes dos anos recentes é a emergência da memória como uma das preocupações culturais e políticas centrais das sociedades contemporâneas [...]. Mas, como lembra Maurice Halbwachs nenhuma memória é possível fora dos contextos usados por pessoas vivendo em sociedade para determinar e recordar as suas lembranças. O resgate do passado através da pesquisa histórica em fontes documentais não constitui apenas a recuperação da informação armazenada, mas a reivindicação do sentido do passado por meio do conhecimento compartilhado (*apud* COOK/SCHWARTZ,2004,p.19).

Paralelamente verifica-se que, ao longo do tempo, a dinâmica dos princípios (teoria) arquivísticos têm influenciado a natureza e a ordenação dos conteúdos arquivísticos, e dessa forma, a memória da sociedade. Também vale examinar que a crescente evolução das tecnologias de informação e comunicação tem provocado mudanças substanciais sobre a gestão da memória, bem como dos arquivos. Sendo assim, partindo do pressuposto de que os arquivos refletem e constituem as necessidades de informação de uma sociedade, faz-se necessário reconsiderar a relação entre os arquivos e as sociedades onde se originam e cumprem suas funções (COOK/ SCHWARTZ,2004,p.21).

Este ensaio pretende sistematizar alguns pontos de reflexão a respeito da trama que envolve a dinâmica dos princípios arquivísticos, a memória da educação baiana, a sociedade digital e o conhecimento global em educação.

DINÂMICA DOS PRINCÍPIOS ARQUIVÍSTICOS

Os arquivos constituíram sempre os instrumentos de base da administração, mas ao longo da sua utilização, foram-se tornando produtos dos procedimentos do funcionamento administrativo. Por conseqüência, eles testemunham políticas, decisões, procedimentos, funções, atividades e transações das instituições. Sendo assim, os documentos institucionais

adquirem um caráter oficial e um estatuto jurídico, propriedades que os distinguem de outros tipos de documentação (EVANS,1998,p.16).

É importante registrar a profunda e difusa “revolução” que as tecnologias de informação e comunicação estão provocando sobre a sociedade e a cultura. Estas mudanças têm contribuído para promover a descentralização organizacional e o sentido de “instantaneidade” no local de trabalho. No que tange especificamente a área de Arquivologia, se faz necessário reconhecer a natureza mutável da documentação, resultado da própria evolução tecnológica. Agora, somam-se aos documentos em suporte papel (manuscritos, datilografados ou impressos) os documentos eletrônicos e digitais. Porém, a base de organização dos primeiros é linear, enquanto que, para os novos documentos digitais, ela não o é.

Nesta perspectiva, vale lembrar que o aparecimento dos princípios arquivísticos é recente, constituindo-se em um fenômeno contemporâneo (ROUSSEAU/COUTURE, 1998, p.48). O reconhecimento da importância das tecnologias de informação no início da década de 90, pelo Conselho Internacional de Arquivos, emerge através da *Segunda Conferência Européia sobre Arquivos* (1989), quando se registra a preocupação com a necessidade de se empreender um estudo sobre o impacto das tecnologias sobre os princípios arquivísticos (DOLLAR, 1994, p.3). Segundo Bellotto (2002), os princípios fundamentais da Arquivística são quatro (04): o da proveniência, o da unicidade, o da organicidade e o da indivisibilidade.

A **proveniência** (também denominado “respeito aos fundos”), é a base teórica que rege todas as intervenções arquivísticas.

é a marca de identidade do documento relativamente ao produtor / acumulador, o seu referencial básico, o princípio segundo o qual os arquivos originários de uma instituição ou de uma pessoa devem manter sua individualidade, não sendo misturados aos de origem diversa (Bellotto,2000,p.23)

O princípio de proveniência comporta duas (02) dimensões. A primeira que [...] permite isolar e circunscrever a entidade que constitui um fundo de arquivo [...] (ROUSSEAU/COUTURE, 1998, p.82), que não deve ser misturada com arquivos de outra proveniência. Além disso, a segunda dimensão [...] visa o respeito ou a reconstituição da ordem interna do fundo (ROUSSEAU/COUTURE, 1998, p.83).

A **unicidade** está ligada à

qualidade pela qual os documentos de arquivo, a despeito da forma, espécie ou tipo, conservam caráter único em função de seu contexto de origem (...), designa que, naquele determinado contexto de produção, no momento de sua gênese, com aqueles caracteres externos e internos genuínos e determinados dados, os fixos e os

variáveis, ele é único, não podendo, em qualquer hipótese, haver outro que lhe seja idêntico em propósito pontual, nem em seus efeitos (BELLOTTO,2002,p.23).

A **organicidade** é a qualidade segundo a qual

os arquivos refletem a estrutura, funções e atividades da entidade produtora / acumuladora em suas relações internas e externas (BELLOTTO,2002,p.23).

Isto significa que os documentos resultados de uma atividade deverão guardar entre si as mesmas relações de hierarquia e dependência.

E a **indivisibilidade**, também denominada de integridade arquivística, deriva do princípio da proveniência. Determina que um fundo deve ser preservado sem dispersão, mutilação, alienação, destruição não autorizada ou acréscimo indevido (CAMARGO/BELLOTTO,1996,p.45).

Considerando estes princípios, conclui-se que o documento de natureza arquivística faz parte de conjuntos da mesma proveniência, únicos, orgânicos e indivisíveis (BELLOTTO,2002,p.24).

Observa-se que a adesão a esses princípios têm sido ampla e direta no que tange os documentos arquivísticos, em suporte papel. No entanto, para Dollar (1994,p.10) não se pode afirmar o mesmo em relação aos registros eletrônicos e digitais, com base em abordagens tradicionais. Com efeito, inicia-se um longo processo de revisão dos princípios e métodos arquivísticos, de forma a ajustar as expectativas dos pesquisadores e a necessidade de informação, e não aos documentos *per se*.

MEMÓRIA DA EDUCAÇÃO BAIANA

Quando se pretende resgatar o desenrolar da História da Educação no Brasil e na Bahia, deve-se de fato começar com a educação dos grupos indígenas que aqui viviam quando os portugueses chegaram e se apossaram do lugar. Mas eles eram ágrafos e não deixaram registros escritos, a não ser pinturas rupestres. Conhecemos seus hábitos e costumes através dos trabalhos de arqueólogos e antropólogos.

Depois, só surge algum tipo de instrução formal com a chegada dos primeiros seis jesuítas em 1549, com o primeiro governador geral, Tomé de Souza, a quem ajudaram a construir a cidade de Salvador (BA). Antes mesmo de pronta a capital do Estado do Brasil, estando todos ainda alojados na vila do Pereira, o irmão Vicente Rodrigues já abrira uma escola de ler e escrever para os filhos dos colonos.

Em seguida, os jesuítas instituíram missões indígenas em aldeias administradas, onde criaram escolas de ler e escrever, e também instituíram colégios nas principais vilas e cidades (Salvador, Piratininga depois Rio de Janeiro, Vitória, etc.). A Coroa Portuguesa deixou a cargo dos jesuítas toda a instrução na América Portuguesa e eles de fato

dominaram a educação em terras brasileiras por 210 anos, até sua expulsão em 1759, por determinação de d. José II, déspota esclarecido que tinha Sebastião José de Carvalho e Melo, o marquês de Pombal, como seu poderoso ministro.

Precisamos também lembrar que os negros que vinham escravizados da África para os mais diversos trabalhos, chegavam sem nada conhecer da terra (eram chamados de boçais) e precisavam aprender aqui a língua portuguesa e os trabalhos a que deviam se dedicar, sobretudo com outros negros que aqui já estavam (os chamados ladinos). Também eram às vezes catequizados na religião católica. Mas conseguiram, até como forma de resistência, manter seus costumes e religião, transmitindo oralmente, como na África, suas tradições a seus filhos e netos.

Em 1772 Pombal criou o subsídio literário para custear a instrução, e Aulas Régias, com professores leigos pagos pelo erário real, as quais poderiam ser: de primeiras letras, elementares ou pedagogias; de Gramática Latina (nível intermediário, equivalente talvez hoje à 5ª a 8ª séries do ensino fundamental) e Aulas Maiores, de nível secundário, que também preparavam os alunos para ingresso em cursos de nível superior na Europa, vez que apenas com a vinda da família real para o Brasil passou-se a ter cursos de nível superior no Brasil.

Transferindo-se a família real para o Brasil, o Príncipe Regente d. João criou o cargo de Diretor Geral dos Estudos na Corte, nomeando para esta função, desde 26 de fevereiro de 1821, o baiano visconde de Cairu (José da Silva Lisboa - um dos primeiros e mais competentes mestres régios da Bahia, regeu a cadeira de Filosofia Racional e Moral, e fundou uma Cadeira de Grego; lecionou de 1777 a 1797, conseguindo ser jubilado como um dos primeiros mestres a aposentar-se no Brasil) (CARRATO, 1968, p.154).

Com a independência brasileira, d. Pedro I outorgou uma constituição em 1824 onde determinava que o ensino primário seria gratuito nas escolas públicas, mas tal item só chegou a ser regulamentado através da **lei de 15 de outubro de 1827**, que estipulava a criação de escolas de primeiras letras em todas as cidades, vilas e localidades mais populosas do Império. Para tanto, foi enviada uma circular solicitando que cada província mandasse uma relação de todas as escolas dos vários níveis que existiam em seu território e também a relação daquelas que seria preciso criar, determinando os seus locais. A resposta da Bahia só chegou ao Ministério do Império em 1830, e aí se dizia que a Bahia já possuía 70 escolas primárias públicas, ao tempo em que se solicitava mais 91 em diversas localidades. O Decreto Imperial baixado em 16 de junho de 1832 manteve as 70 escolas já existentes e criou mais 94 na província da Bahia, segundo o pedido que fora feito. Esta

província, portanto, tinha na ocasião uma razoável cobertura escolar, sendo considerada uma das de melhor instrução do Império.

Durante o período da Regência - desde a abdicação de d. Pedro I em 1831 até a maioria de d. Pedro II em 1840 - houve em 1834 um Ato Adicional à Constituição brasileira que, numa perspectiva federalista, criou Assembléias Legislativas Provinciais incumbidas, entre outras coisas, de legislar e organizar o sistema de educação pública elementar e secundária nas províncias. Começando a funcionar em 1835, a Assembléia Provincial baiana logo em 1836 criou um Liceu Provincial, reunindo várias Aulas Maiores já existentes em Salvador e determinando o convento da Palma para que aí funcionassem suas atividades pedagógicas, a partir de 1837. Neste mesmo ano foi criada em lei a Escola Normal para formação de professores primários na Província, que só começou a funcionar em 1842, por terem ido dois professores estudar na Escola Normal de Paris. No ano de 1849 foi instituído o cargo de Diretor Geral dos Estudos na província, e a partir de então todos os atos referentes à instrução pública na província passaram a ter o seu aval.

Durante o segundo império foram feitas algumas reformas no ensino público que gradativamente configuraram o sistema provincial de instrução pública, concomitante à formação dos sistemas nacionais de ensino nos países mais desenvolvidos. Com o Regulamento Orgânico de 1860-62, proposto pelo diretor Geral dos Estudos João José Barbosa de Oliveira (pai de Ruy) extinguiram-se as chamadas Aulas Maiores criadas por Pombal e se estabeleceu um currículo para o Liceu Provincial.

Com a república teve-se a preocupação inicial de universalização do ensino, mas novas reformas de caráter mais conservador retardaram em nosso estado esta disseminação do aprendizado, até que, em 1925, houve a reforma feita pelo Diretor de Instrução Pública, Anísio Spínola Teixeira, dentro das idéias da “escola nova” que estavam ocorrendo em nosso país naquela década.

Em 1930, com a revolução que levou Getúlio Vargas ao poder, tivemos uma nova fase, que se iniciou com a criação do Ministério de Educação e Saúde em 1931, e teve as leis orgânicas de ensino do período do Estado Novo (1937-45), e a criação do sistema S: SENAI, SESI, SESC, SENAC, para um ensino mais profissionalizante.

A redemocratização em 1946 inaugurou um novo período em que o ministro baiano, Clemente Mariani, propôs ao Congresso uma Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) que demorou 13 anos sendo discutida no Congresso e só foi aprovada no ano de 1961.

Durante o período do governo policial militar (1964-1985) tivemos em 1968 a reforma universitária que concentrou em departamentos os professores da mesma área,

pulverizando os cursos e dispersando os alunos; em 1971, uma nova LDB reformando o ensino básico. Ela reuniu os antigos cursos primário e ginásial em um só nível de ensino, o fundamental, com 8 anos de duração, sintetizou as disciplinas que antes desenvolviam o espírito crítico, transformando-as em outras, mais genéricas, que necessitavam de formação curta para nelas lecionar: apenas dois anos de curso superior (Estudos Sociais substituindo História Geral, da América e do Brasil, Geografia Geral e do Brasil, e Ciências, em lugar das antigas Física, Química e Biologia); suprimiu as disciplinas Filosofia e Sociologia do segundo grau e procurou profissionalizar ao máximo este nível de ensino, visando diminuir a pressão pela entrada nos cursos superiores. E foram feitas concessões para a abertura de vários cursos de nível superior, mas todos de iniciativa privada.

Com a redemocratização de 1985 foram eleitos governos que afinal assumiram posturas neoliberais em educação, relegando a segundo plano a instrução pública e reforçando a política de autorização de funcionamento de instituições particulares de ensino. Uma terceira LDB foi promulgada em 1994, agora com a preocupação de incluir nas classes normais de ensino os portadores de necessidades especiais de educação (que atingem 15% da população, segundo o censo de 2000 feito pelo IBGE).

Mas, onde se encontram localizadas as fontes documentais produzidas nos diferentes períodos históricos referidos acima?

Tabela 1 – Instituições arquivísticas que custodiam fontes documentais relevantes para diversos períodos da história da educação baiana

Períodos	Instituições Arquivísticas
Educação Indígena	ANAI-Ba (Associação Nacional de Apoio ao Índio, seção da Bahia); Museu de Arqueologia e Etnologia da UFBA.
Capitanias Hereditárias	Arquivo da Cúria Metropolitana de Salvador; Arquivo da Torre do Tombo (Lisboa); Arquivo Conselho Ultramarino (Lisboa) (O Arquivo Público da Bahia tem microfilmados os documentos deste último referentes à Bahia).
Fundação de Salvador e o séc. XVI	Arquivo do Mosteiro de São Bento; Arquivo do Convento Franciscano; Arquivo Histórico Municipal da Cidade de Salvador; Arquivo dos Jesuítas (Roma).
Capitanias baianas no séc. XVII	Arquivo Nacional (Rio de Janeiro); Arquivo Público da Bahia; Arquivo da Cúria Metropolitana de Salvador; Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (Rio de Janeiro).
Bahia nos sécs. XVIII, XIX e XX	Arquivo da Torre do Tombo (Lisboa); Arquivo do Conselho Ultramarino (Lisboa); Arquivo Público da Bahia; Arquivo Histórico da Cidade de Salvador; Arquivos Públicos Municipais (Cachoeira, Ilhéus, Itaparica, Maragogipe, Porto Seguro, Santo Amaro, São Francisco do Coque etc.); Arquivo da Cúria Metropolitana de Salvador; Arquivo do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia; Arquivo do Mosteiro de São Bento; Arquivo do Convento dos Franciscanos; Arquivos das Irmandades Religiosas: Ordens Terceiras de São Francisco, do Carmo, de São Domingos, Irmandade da Conceição da Praia, do Senhor do Bonfim, Rosário dos Pretos e de outras igrejas.
Educação do Negro	Arquivo Público da Bahia, Arquivo Histórico Municipal, CEAQ, MNU.

Obs: Todas as instituições que não apresentam a identificação de localidade, situam-se na cidade de Salvador (BA).

Verifica-se que existe uma grande diversidade na tipologia das **instituições arquivísticas** de que se pode lançar mão para dar suporte as pesquisas acadêmico-científicas sobre a História da educação no Brasil, e mais especificamente a baiana. Observa-se a categorização de instituições de arquivo que ocorre em decorrência das

particularidades concernentes ao conteúdo e a organização dos arquivos que lhes são específicos, identificados na Tabela 1. Os arquivos **públicos**, nas suas diferentes esferas (federal, estadual e municipal) custodiam os registros de políticas, estratégias e ações governamentais. Os arquivos **privados** de instituições religiosas (conventos, ordens terceiras e irmandades) e educacionais, além de entidades culturais, também, contêm fontes históricas relevantes. Mais recentemente, somam-se ainda os arquivos das Organizações Não Governamentais (ONGs) que se dedicam a afazeres educativos.

No caso do resgate de fontes documentais necessárias ao processo de construção e desconstrução das memórias sobre determinados fatos e acontecimentos, torna-se importante empreender um diálogo com os documentos, somente assim consegue-se compreender o não dito ou aquilo que foi esquecido ou silenciado (FÁVERO, 2000, p. 105). Como adverte Le Goff, há que tomar a palavra *documento* no seu sentido mais amplo, documento escrito, ilustrado, transmitido pelo som, imagem, ou de qualquer outra maneira (apud FÁVERO, 2000, p. 103).

Por conseqüência, alguns dos **tipos documentais** em que se pode pesquisar para estudar a História da Educação na Bahia, correspondem, por exemplo: ao material escrito por professores ou administradores régios: **relatórios**, as **cartas** de Luiz dos Santos Vilhena, professor régio de grego em Salvador, **relatos de viajantes estrangeiros**, que nos dão preciosas informações de como estava o ensino na Bahia no período em que escreveram.

A **legislação** em seus vários níveis: geral (do Reino ou do Império, mas valendo para todas as capitanias depois províncias; hoje federal, valendo para todos os estados); provincial, a partir do Ato Adicional de 1834 que criou as Assembléias Legislativas Provinciais com a incumbência, entre outras, de cuidar da instrução de nível primário e secundário nas respectivas províncias; e municipal, mas esta só depois da Constituição de 1988, que permitiu aos municípios constituírem seus sistemas próprios de ensino. Até a criação das Assembléias Legislativas Provinciais, as leis que regiam o ensino eram sempre do Reino ou do Império, gerais, portanto; as Câmaras Municipais interferiam no máximo para indicar esta ou aquela pessoa para ser nomeada professor régio, que o rei poderia ou não acatar. Do momento em que as Assembléias Provinciais começaram a funcionar em diante, cada província passou a elaborar sua própria legislação sobre instrução pública, organizando e pondo em funcionamento seus sistemas provinciais de ensino. Com a proclamação da República, tivemos uma Constituição Federal que deveria ser seguida pelas estaduais, mas a autonomia dos estados para legislar sobre seu sistema de ensino foi

reforçada e cada estado determinava como deveria ser a instrução em toda a extensão de seu território. As Câmaras Municipais até 1988 não legislavam a respeito.

As **Falas** dos presidentes de província e as **Mensagens** dos governadores de estado, que são obrigados a apresentar anualmente à Assembléia Legislativa no início dos seus trabalhos a cada ano, relatando o ocorrido em sua administração no ano anterior, são igualmente preciosas fontes de informação.

Os **relatórios dos diretores de instrução pública** (o primeiro cargo de Diretor Geral de Estudos brasileiro foi criado no Rio de Janeiro por d. João em 15 de março de 1816, sendo nomeado o baiano visconde de Cairu, José da Silva Lisboa. Mais tarde, a Resolução nº 378 da Assembléia Legislativa Provincial, datada de 19 de novembro de 1849, criou o cargo de Diretor Geral dos Estudos na Bahia, tendo sido nomeado como primeiro diretor Casimiro de Sena Madureira), e, a partir de 1935, os **relatórios dos secretários de estado de educação** constituem-se igualmente em importantes fontes.

As **estatísticas oficiais** (IBGE, MEC, SEI da SEPLANTEC para a Bahia) sobre população, por faixa etária quando possível, analfabetismo, escolaridade, média de anos de estudo, etc. são muito importantes.

As notícias veiculadas nos vários **jornais** sobre questões de Educação, os artigos nas revistas especializadas ou não em educação, enfim, notícias veiculadas pela *mídia* se constituem em válido material e bastante informativo.

Igualmente significativo é se conseguir **biografias dos educadores** do lugar e das realizações dos administradores educacionais (secretários de educação municipais e estaduais).

E, os arquivos escolares propriamente ditos? As instituições de ensino certamente possuem sua **ata** de instalação, primeiros **estatutos** e **regimento interno, autorizações legais** necessárias para o seu devido funcionamento, **cadernetas escolares dos professores, registros de eventos** (exposições, seminários, palestras), **fotografias** várias, inclusive de formatura, alunos em sala de aula, etc. E ainda o material de secretaria como a matrícula de alunos, notas, os **históricos escolares dos alunos, registro dos professores** que deram aulas no estabelecimento, disciplinas que lecionaram, programas de cursos, etc. É um material que precisa ser conservado por longos anos devido o seu valor legal, para atender a demanda de fornecimento de certificados para os alunos, ou de tempo de serviço para professores e funcionários. Alguns estabelecimentos de ensino são bastante cuidadosos com seu arquivo institucional, embora a maior parte deles, muitas vezes, não se preocupe muito com a sua adequada organização e preservação.

Não esquecer, também, da literatura: romancistas locais contam como foi sua escolarização, a impressão que tinham de professores, diretores, a influência que a escola tinha naquela sociedade, etc. São informações utilíssimas para o estudo do cotidiano escolar.

Paralelamente, é mister lembrar a importância do testemunho oral - a história oral - que recentemente tem sido bastante usada para viabilizar o levantamento de informações e a complementação de dados obtidos através de pesquisas tradicionais em fontes escritas. Ela é particularmente importante em primeiro lugar como um método de pesquisa propriamente dito, em que se realizam entrevistas, compõem-se histórias de vida, registram-se diálogos, discursos e palestras. Transcritas, estas entrevistas, palestras, histórias de vida e diálogos se constituem documentos que, depois de submetidos à aprovação dos entrevistados, podem se transformar em registros permanentes e conseqüentemente fonte de consultas para pesquisadores e estudiosos. Existe, ainda, a possibilidade de reunir parte ou totalidade deste material registrado a partir da oralidade em banco de dados magnéticos, aberto à consulta por meios eletrônicos. O acervo originado pela história oral é, de início, um acervo a ser construído; assim, se faz é necessário existir um programa com projetos e / ou subprojetos, para que se possa fazer as entrevistas e produzir os registros necessários para se formar um banco de dados significativo sobre o assunto que se pretende pesquisar e documentar.

No entanto, cabe observar que nas sociedades ocidentais contemporâneas, cada vez mais se diversificam e se sofisticam os suportes para o registro da memória. Com efeito, fica demonstrado, também, que o volume exponencial de informações originou uma demanda voltada para o trabalho de seleção, coleta, organização, guarda e divulgação da memória, transformando fontes “potenciais” em fontes “efetivas”.

SOCIEDADE DIGITAL E CONHECIMENTO GLOBAL EM EDUCAÇÃO

A sociedade digital é aqui compreendida como aquela que incorpora seus mecanismos e dispositivos de sustentação (comunicação, educação, serviços públicos, relação dos cidadãos com seus governantes, etc) a mediação da tecnologia digital. Mais que informação, é ao processo de produção de conhecimento e conteúdo que remetem cada vez mais as estruturas digitais. E nesta perspectiva, o conhecimento adquiriu uma nova configuração, seja global, ou seja compartilhada de forma ampla.

No universo da pesquisa acadêmico-científica na área de educação, no Brasil, observa-se que nos últimos quinze (15) anos os pesquisadores de História da Educação têm

manifestado um interesse crescente pela localização, preservação e disseminação de fontes documentais. O resultado disto emerge através da criação da Sociedade Brasileira de História da Educação (SBHE), em 1999. A SBHE é uma entidade sem fins lucrativos que tem por objetivo congregar profissionais brasileiros que realizam atividades de pesquisa e / ou docência em História da Educação e estimular estudos interdisciplinares, promovendo intercâmbios com congêneres nacionais e internacionais e especialistas de áreas afins. A partir de então, observa-se o surgimento de diversos grupos de estudo e pesquisa, registrados no CNPq, conforme apresentado na Tabela 2, que vão motivar a organização de centros de memória e documentação, de arquivos escolares e de museus escolares no país.

Tabela 2 - Grupos de Estudo e Pesquisa ligados à História da Educação

Grupos de Estudo e Pesquisa	Descrição	WWW
ASPHE	Congrega pesquisadores de diversas instituições do Rio Grande do Sul	http://planeta.terra.com.br/informat/javali/asphe/
EDUCAÇÃO, HISTÓRIA E CULTURA BRASILEIRA: 1549-1759	Vinculado à UNIMEP e conta com a participação de pesquisadores de cinco universidades em quatro Estados brasileiros: UNIMEP, UFSC, UEM, UERJ, UESB. Objetivos: 1. Estimular estudiosos a que dediquem ao tema da Educação, História e Cultura Brasileira, de forma a renovar a historiografia da Educação Brasileira, ainda hoje muito limitada; 2. Mobilizar os professores de História da Educação Brasileira para um aprofundamento documental à luz dos significados dados à época; 3. Estudar a Educação Brasileira no período assinalado sob olhares vários, de modo a destacar mais o processo que o resultado. Rever os enfoques já dados ao tema da pesquisa.	
GEPHE	Vinculado ao Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação da UFMG. Investigação da história da educação em seus diversos contextos, momentos históricos e espaços de constituição. Possui uma perspectiva de trabalho interdisciplinar	http://www.fae.ufmg.br/gephe
HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO: INTELLECTUAIS DA EDUCAÇÃO E INSTITUIÇÕES EDUCACIONAIS PRÁTICAS ESCOLARES	Funciona no Núcleo de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe. Publica atualmente a coleção "Educação é História". O projeto prevê a publicação de 16 títulos sob o formato de livros e um bolso com temas da História da Educação produzidos pelos integrantes do Grupo. Já foram publicados 4.	
HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO NO BRASIL	Vinculado à UNESP / Marília (SP), o grupo vem atuando desde 1991 sob a coordenação do Prof. Carlos Monarcha. Atualmente desenvolve um projeto de pesquisa "Revistas de educação e ensino: 1892-1944" com o apoio CNPq/FAPESP. Nesse endereço constam também dados sobre o grupo de pesquisa coordenado por Maria do Rosário Longo Mortatti e a descrição do acervo do Centro de Referência para Pesquisa Histórica em Educação da FFC-Unesp/Marília.	http://www.educacaobrasileira.pro.br
HISTEDBR	Sediado na Faculdade de Educação de Campinas, o grupo vem atuando desde 1991, articulando grupos de pesquisadores da área de História da Educação em vários estados brasileiros.	http://www.histedbr.fae.unicamp.br
HISTEDOPR	Coordenação Prof. Dr. Paulino José Orso. O grupo conta com mais de 35 integrantes entre docentes e discentes pertencentes à UNIOESTE. Rede de Professores do Ensino Médio do Est. do PR. Desenvolve pesquisas em torno de 5 linhas e ministra um curso de especialização em História da Educação Brasileira, com 40 vagas cuja orientação central é o estudo da História da Região Oeste e Sudoeste do Paraná.	http://www.unioeste.br/histedopr
HISTÓRIA DAS IDÉIAS E INSTITUIÇÕES EDUCACIONAIS	Vinculado a PUC-Rio, o grupo é coordenado pela professora Waleka Mendonça. Interpretação do pensamento e atuação pública de educadores vinculados ao Movimento da Escola Nova no Brasil e à organização do campo educacional e à história das instituições universitárias e de pesquisa no Brasil e na América Latina.	
NEPHEPE	Linhas de pesquisa : história da leitura e da escrita em espaços escolares e não escolares; história dos processos de educação de negros; história das políticas educacionais.	http://www.ce.ufpe.br/nephepe
NEPHE	Vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia (MG). Publica os Cadernos de História da Educação.	

Grupos de Estudo e Pesquisa	Descrição	WWW
NIEPHE	Vem trabalhando no Centro de Memória da Educação, na Faculdade de Educação da USP, desde 1996, constituindo bancos de dados e publicando artigos e livros e elaborando instrumentos de pesquisa. A área de concentração é História da Educação. Tem como coordenadora Diana Gonçalves Vidal e como vice-coordenadora Maurilane Biccias.	
PROEDES - UFRJ	Vinculado à Faculdade de Educação da UFRJ, o PROEDES é coordenado pela professora Maria de Lourdes Fávero e tem como preocupações desenvolver estudos e pesquisas, bem como resgatar, recuperar e organizar fontes documentais. Objetivos: a) realizar estudos e pesquisas referentes a temas de educação, a instituições educacionais e científicas, bem como a seus respectivos atores; b) contribuir para a formação de pesquisadores; c) constituir-se em um centro de documentação em educação brasileira.	
NUCLEO DE ESTUDOS ESCOLA PÚBLICA HORÁRIO INTEGRAL	Vinculado à UNIRIO, o grupo desenvolve a "análise situacional das escolas de tempo integral do Rio de Janeiro", tendo uma pesquisa de abordagem histórica, intitulada "Educação Integral e Tempo Integral nos anos 30. Anuê: Percurso Integralista - A comédia da Democracia", coordenado pela professora Lígia Martha C. da Costa Coelho.	http://www.unirio.br/cch/neephi
GEPHEAM	FACED/UFAM – Linhas: História da Educação na Região Amazônica; História das Instituições; Processo histórico e político entre Educação, Sociedade e Estado; Imprensa Periódica e História da Educação (ementa em reconstrução)	

Fonte: Página oficial da SBHE, maio de 2005.

De um total de quatorze (14) grupos de estudo e pesquisa, sete (07) possuem páginas na *Internet*. Pode-se constatar que a *Internet* tem sido reconhecida como o novo recurso para assegurar o acesso a documentação / informação. E, da mesma forma, tem-se a percepção de que a construção de *sites* é vista como alternativa para a consolidação da pesquisa histórica na área de educação (FREITAS, 2000, p.118), registrando inclusive a configuração - rede - dos grupos de estudo e pesquisa. Diante disso, estes grupos podem ser percebidos como “centros de referência”, no sentido de diminuir caminhos e racionalizar ações, facilitando a localização de fontes; não se trata apenas dos acervos custodiados por cada centro individualmente, mas, sobre a “descoberta” de acervos de fontes primárias local e regional - através de bancos de dados, de textos - a distribuição limitada da produção científica no Brasil é um fato - e o nome de pesquisadores / professores, listas de discussão aberta a participação dos interessados, entre outros.

No caso da Bahia, identificam-se três (03) grupos de estudo e pesquisa. O primeiro grupo localiza-se na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), é o grupo de História da Educação da Bahia (HISTEDBA), liderado pelas professoras Ana Palmira Casimiro e Livia Diana Magalhães, vale lembrar que inclusive constitui-se em um grupo de trabalho do Grupo de Estudos e Pesquisas História, Sociedade e Educação no Brasil (HISTEDBR). Paralelamente, a UESB agrega alguns grupos de estudos e pesquisas que se uniram em torno do projeto “Museu Pedagógico”, implantado no final de 1999, com o objetivo de realizar uma produção coletiva de conhecimento sobre a história da Educação e a cultura, à luz de várias ciências. “Todas as suas ações são acompanhadas do processo de catalogação, registro e musealização de fontes documentais sobre a Educação, em sua

acepção ampla e, particularmente, sobre a educação da região do Centro-Sul da Bahia” (UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA, 2004). O museu tem um *link* na página oficial da UESB.

O segundo grupo situa-se na Universidade do Estado da Bahia, Campus Salvador, coordenado pela professora Jaci Ferraz de Menezes, através da linha de pesquisa Processos Civilizatórios: Educação, Memória Social e Pluralidade Cultural (PROCEMP), do Mestrado em Educação e Contemporaneidade, que desenvolve o Projeto Memória da Educação na Bahia (PROMEBA) no âmbito do Departamento de Educação I.

E finalmente, o terceiro grupo é o criado este ano [2005] na Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia (UFBA), denominado - História da Cultura Corporal, Educação, Lazer e Sociedade – no qual a professora Antonietta d’Aguiar Nunes coordena a linha de pesquisa História da Educação na Bahia. Paralelamente, é importante destacar que esta linha de pesquisa foi resgatada a partir do *Projeto de Reestruturação Física da FACED/UFBA*, por sugestão do professor Nelson de Lucca Pretto, Diretor da FACED/UFBA, que em abril de 2003, desencadeou o processo de reunião e de organização da documentação acumulada pela Faculdade, assim como a do curso de Pedagogia da antiga Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Isto porque a memória institucional e científica da FACED/UFBA encontravam-se desestruturadas, constituindo-se em um acervo inacessível para o resgate seguro e preciso da informação arquivística (NUNES, 2004, p. 36). Tal organização começou a ser feita diante do fato de se precisar constituir bases sólidas de informação, uma imposição do mundo contemporâneo, condição indispensável ao desenvolvimento científico e tecnológico, sob pena de comprometer a produção acadêmico-científica no que se refere à sua inserção num círculo informacional mais amplo, como o da história da ciência (CAMARGO,1999,p.49). A solução encontrada foi projetar a criação de um centro de memória na FACED, surgido da necessidade de estruturar uma base informativa que desse suporte à administração universitária como instrumento e insumo de decisão, e para apoiar a pesquisa institucional e científica voltada para organizar, preservar e difundir fontes históricas originais de pesquisa, de forma a qualificar a informação arquivística em informação digital, disponibilizando-a em rede. O perfil pretendido para o Centro de Memória da FACED/UFBA está fundamentado notadamente na preservação e difusão da memória institucional e organizacional da FACED/UFBA. No entanto, a proposta não objetiva a simples consolidação do arquivo histórico da Faculdade. Trata-se de lançar as bases estruturais e operacionais para o desenvolvimento de um centro de referência na área de Educação, criando a possibilidade

de disponibilizar fontes primárias e secundárias resultado de estudos e pesquisas sobre a Bahia, como por exemplo, as leis sobre instrução pública da Bahia Imperial, que já foram identificadas e transcritas a partir do acervo do Arquivo Público da Bahia, além de artigos acadêmico-científicos.

Verifica-se que muitos esforços têm sido empreendidos em prol do resgate da memória da Educação na Bahia, no entanto, o acesso a memória da Educação na Bahia ainda predomina no âmbito presencial, apesar do reconhecimento e das ações que os pesquisadores da área tem desenvolvido para introduzir o resultado de seus trabalhos na sociedade digital, de forma a assegurar a inserção de conteúdos que viabilizem que a memória da Educação da Bahia passe a ser efetivamente conhecida globalmente.

REFERÊNCIAS

BELLOTTO, Heloisa Liberalli. **Como fazer análise diplomática e análise tipológica de documento de arquivo**. São Paulo: Arquivo do Estado e Imprensa Oficial do Estado, 2002. (Coleção Como Fazer; 8)

CAMARGO, Ana Maria de Almeida (Coord.). **Diagnóstico dos arquivos da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo**. São Paulo: FFCL/USP, 1996.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida; BELLOTTO, Heloisa Liberalli. **Dicionário de terminologia arquivística**. São Paulo: Secretaria da Cultura, 1996.

CARRATO, José Ferreira. **Igreja, Iluminismo e Escolas Mineiras Coloniais**. São Paulo: Cia. Ed. Nacional / EDUSP, 1968. 311 p.

COOK, Terry; SCHWARTZ, Joan M. Arquivos, documentos e poder: a construção da memória moderna. In: **Registro**, Indaiatuba (SP), Ano III, nº3, p.18-33, jul. 2004.

DOLLAR, Charles M. O impacto das tecnologias de informação sobre princípios e práticas de arquivos: algumas considerações. In: **Acervo**, Rio de Janeiro (RJ), v.7, nº12, p. 3-38, jan.

EVANS, Frank B. Prefácio. In: ROUSSEAU, Jean-Yves; COUTURE, Carol. **Os fundamentos da disciplina arquivística**. Tradução Magda Bigotte de Figueiredo. Lisboa: Dom Quixote, 1998.

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. Pesquisa, memória e documentação: desafios de novas tecnologias. In: FARIA FILHO, Luciano Mendes de (Org.). **Arquivos, fontes e novas tecnologias: questões para a história da educação**. Campinas: Universidade São Francisco, 2000. (Coleção Memória da Educação)

FÉLIX, Loiva Otero. **História e Memória: a problemática da pesquisa**. Passo Fundo: Ediupf, 1998.

FREITAS, Marcos Cezar de. A pesquisa em história da educação e o impacto das novas tecnologias. In: FARIA FILHO, Luciano Mendes de (Org.). **Arquivos, fontes e novas tecnologias**: questões para a história da educação. Campinas: Autores Associados; Bragança Paulista, 2000, p. 117-149 (Coleção memória da educação).

GONÇALVES, Janice. Tais arquivos, quais memórias? In: **Registro**, Indaiatuba (SP), Ano III, nº3, p. 34-42, jul. 2004.

NUNES, Antonietta d'Aguiar. Educação na Bahia no séc. XIX: algumas considerações. **Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia** nº 93, p. 165-203, jan/dez 1997.

_____. Educação na Bahia durante a primeira república. **Revista do Instituto Geográfico Histórico da Bahia** nº 96, p.219-252, 2001.

_____. Institucionalização da gestão documental da FACED/UFBA – relato de um trabalho em andamento. In: **Anais do V Encontro Nacional de Ciência da Informação**. Salvador: EDUFBA, 2004, p.36-40.

ROUSSEAU, Jean-Yves; COUTURE, Carol. **Os fundamentos da disciplina arquivística**. Tradução Magda Bigotte de Figueiredo. Lisboa: Dom Quixote, 1998.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA. IV Colóquio do Museu Pedagógico / Vitória da Conquista, 2004. Disponível: <http://www.telecentrosenlaces.inf.br/discus/messages/5/833.html?109631_6321>. Acesso em: 01 mai. 2005.